

Repetição e diferença nas reflexões sobre comunicação

MAYRA RODRIGUES GOMES
(Universidade de São Paulo)

Escuta, Sintoma e Repetição

O exercício de uma reflexão sobre comunicação encontra sua possibilidade na atenção a marcas que se tornarão relevantes pela constância, pela reiteração ou pelas ressonâncias. Como num diagnóstico, essa leitura de sinais por algo pulsante, dos marcadores que definem uma certa relação, nada mais é que o designado por sintoma. A escuta pretendida se exerce sobre sintomas sob o preceito de que “O sujeito diz pelo sintoma, por não poder dizer de outra maneira. Podemos deduzir disso que o sintoma como palavra a dizer pede para ser ouvido” (KAUFMANN, 1996:451).

Sintoma, na acepção médica, se define exatamente pela manifestação, pelo visível, porque externalizado, de uma relação interna. No sintoma estão os sinais que, quando lidos, levam a um diagnóstico. Correto ou não, sua confirmação só pode advir de respostas positivas do organismo face a um tratamento.

Freud fala em seguir os rastros do sintoma (FREUD, 1987b:42) no mesmo sentido em que estamos querendo tomá-lo para nossa compreensão de escuta. Só que o sintoma para a psicanálise assume outras proporções além daquela enfocada pela medicina.

Para ambas o sintoma tem como causa uma situação faltosa: para a medicina a falta na *des-regulação* da função orgânica; para a psicanálise a falta do Outro, implicada na fratura do sujeito. Na medicina o sintoma é atacado pelo tratamento da causa (doença) cuja eliminação, suposta na cura, acarreta a dissolução do sintoma. Na análise, entretanto, o sintoma é a face expressiva de um recalque. “O sintoma é aqui o significante de um significado recalcado da consciência do sujeito. Símbolo escrito sobre a areia da carne e sobre o véu da Maia, ele participa da linguagem pela ambigüidade semântica que já sublinhamos na sua constituição” (LACAN, 1982:145).

O sintoma como retorno do reprimido não nos remete a algo a ser curado mas a algo a ser desperto para que possa ser *perlaborado*, ou transmutado, em função conveniente. À análise cabe o papel de uma integração simbólica.

Porém, algo mais introduz-se aí: o fato de que o sintoma se repete como palavra que pede para ser ouvida (no que a repetição é seu sinal), como desligamento das fantasias de que se reveste (pela perlaboração) e como articulação que sustenta o sujeito (que o sustenta justamente pelo

reforço da repetição).

Assim, a repetição mostra-se como eixo central, tanto do ponto de vista da escuta, no que a repetição nos dá a chave do sintoma, quanto do ponto de vista da perlaboração, no que esta só pode seguir seu caminho por meio de sucessivas repetições, *desconstruindo* as amarrações criadas.

Para compreendermos os motivos e engenhos da repetição temos que pensá-la como um jogo, que se institui na tentativa de superar uma falta, por meio da superposição de um elemento que a mascare. Por aí vemos que a repetição, ao fazer esse jogo, traz à baila uma outra coisa que não é a que se pretende representar. Se tomarmos como exemplo essa primeira ruptura com a ausência da mãe e o jogo *fort-da* da criança (esse jogar um objeto ao chão, para que lho seja devolvido), na metáfora do carretel que se atira e se puxa de volta, vemos que o carretel não simboliza a ausência da mãe. Ele simboliza a alternância, pois é um representante da representação (representação da ausência da mãe) que está em relação a essa memória de um encontro faltoso, onde a repetição se insinua. A repetição, sendo sempre fracassada em relação ao encontro ideal (imaginário e faltante) que ela procura remediar na tentativa de fazer união, ela é, nessa medida, jamais o mesmo que se procura com ela encontrar. Ela está relacionada a um *pleno suposto* que certamente não será trazido de volta, uma vez meramente um suposto.

A questão da sucessão, presente na repetição, abre-nos outros enfoques. Se repetimos um mesmo número, nós, automaticamente, construímos uma série. Se partirmos da noção de série veremos que ela coloca uma ordem da qual cada elemento se nutre. Por isso, não podemos considerar os elementos de uma série do tipo '11111' como absolutamente idênticos. Uma vez que cada elemento tem seu lugar, único e preciso na cadeia, não podemos apostar numa permutabilidade. Aparentemente lidamos com o mesmo elemento mas o fato é que o segundo termo, por exemplo, é um 'não 1' com relação ao primeiro e ao terceiro, e assim sucessiva e infinitamente. Desse modo, mesmo que se tente repetir o mesmo, este inscreve-se como diferente, a mesma diferença que marcará cada significante ao se colocar em relação a outro. "A repetição, no sentido estrito de fazer surgir o mesmo, está condenada ao fracasso" (KAUFMANN, 1996:448).

Se repetir não é encontrar a mesma coisa, se pensarmos que essa *mesma coisa*, no caso, é uma perda em torno da qual a repetição se estrutura, como encontrar com algo, o mesmo, no lugar da ausência? Nesse caso, a repetição é sempre retorno a um caminho impossível e, portanto, só pode gerar o novo.

Temos sempre a tendência a procurar um caminho já percorrido, na homeostase almejada. Por isso a repetição vem como compulsão e é sempre uma persistência da tentativa de reencontrar um ideal irrealizado, causa da insistência na cadeia significante. Ao mesmo tempo que ela representa um fracasso, ela representa sucesso, como medida de defesa contra algo para sempre perdido. Fato escamoteado ao firmar-se na cadeia significante, pela qual não para jamais de *inventar* objetos substitutivos,

estruturando, dessa forma, um *mundo de objetos* e o *sujeito desses objetos*.

Se aí chegamos, somos obrigados a conceder à repetição o caráter de estrutura que fará dela algo não compreendido dentro do campo do patológico mas no campo da própria constituição do sujeito como tal e, nesses termos, *irremovível*. Disso conclui-se a impossibilidade de irmos diretamente à verdade: uma falta e a construção que a escamoteia na repetição, sendo constitutiva tanto ao processo de estruturação do sintoma como em seu esclarecimento pela perlaboração. Nessa dimensão o erro é o caminho para a verdade, mesmo porque, nós o consideramos como tal a partir de uma verdade que só se impõe pela mediação do erro. "Não há palavra verdadeira a não ser sobre o fundo de uma palavra essencialmente mentirosa, e a verdade da palavra é objeto de uma conquista que passa necessariamente pela experiência da mentira: a verdade da palavra está na mentira" (GENETTE, 249).

Tentamos colocar, aqui, as formas pensáveis como propícias ao erro, a saber, as re-escrituras em que se repete o sintoma e aquelas em que se relembra a origem do sintoma para correção substitutiva, como necessárias para que a perlaboração possa ser exercida; não só porque lhe fornecem os dados e atestam uma condição mas também porque só as consideramos como erro em relação aos resultados do movimento de perlaboração. Da mesma forma, quanto à escuta, a repetição do sintoma *errado* é capital, pois a partir dela é que se pode fazer pontuações.

O sintoma, posicionado como constituinte, em meio à escuta de sua repetição que leva à possibilidade de perlaboração, vem reforçar ainda mais a preponderância da repetição para nossos estudos. Pelo que ela representa como estrutura (projeção infinita de uma irresolução), pelo que ela representa como dinâmica (jamais o retorno do mesmo), a repetição se torna o eixo em torno do qual as mutações possíveis se articulam.

Sintomas nas Reflexões sobre Comunicação

Os fundamentos acima expostos, se aplicados às reflexões sobre a comunicação como se com eles estivéssemos efetivando uma perlaboração, conduzem-nos a resultados diferenciados dos que têm sido tradicionalmente obtidos, a partir das características apontadas para a comunicação.

Três tópicos são comumente convocados como marcas dos modos pelos quais a comunicação se dá via mediações técnicas: auto-referencialidade, nova compreensão de tempo e espaço, irrealidades. Seus desdobramentos com a proliferação das mídias eletrônicas, postas em sincronia nas telecomunicações (a saber, interação, modo ucrônico e utópico, virtualidade), são sintomas de nossa época.

Mas, não é no mesmo patamar de *efeito tecnológico* que nós nos permitimos enfocar esses sintomas. É óbvio que eles assim aparecem diante das possibilidades que os meios técnicos nos colocam, entretanto, não é igualmente óbvio que as condições reveladas sejam frutos do estágio técni-

co que lhes desvelam.

Tomemos de início a questão da auto-referencialidade e nos perguntemos se cada juízo feito em torno de uma questão, seja ela moral, política, ideológica, religiosa, se cada remetência não se sustenta, desde sua possibilidade de colocação, sobre um sistema organizado de valores, cuja validade diz respeito à cadeia significativa instaurada a partir de uma idéia ordenadora, idéia, *per se*, nada inexpugnável. Aliás, idéia que encontra suas justificativas na própria cadeia da qual se deriva. Qualquer religião que tomemos serve de exemplo perfeito para essa condição de busca de justificativas nas regras internas a uma construção, vale dizer, numa auto-referencialidade. Claro que estes exemplos representam instâncias abrangentes das quais pensamos estar facilmente libertos, desde que não as adotemos. Mas o que dizer dessa palavra que define micro-ordenações? Há *patrulhamento* aqui, lá e acolá, no trabalho, no âmbito doméstico, no gozo etc, pelo qual se permite combater e excluir os não adeptos.

É sempre na auto-referencialidade de sistemas que nos colocamos e que essa agora apareça em mais uma forma, nas mídias, nos parece uma conseqüência natural do processo, não o das tecnologias, mas o daquele pelo qual se repete, se repete um modo de articulação para escapar a uma ausência. Em outros termos, a leitura que sempre vê inércia na auto-referencialidade das mídias “Deixa de lado a ênfase decisiva do movimento dialético: não é a diferença que se reduz ao automovimento da identidade, mas a identidade que se reduz à diferença absoluta, isto é, auto-referente - *“identidade é o nome da diferença levada ao seu ponto de auto-referência”* (ZIZEK, 1991:49).

Podemos destacar um quesito e tentar examinar o modo como nos é apresentada a interatividade, já que, nela, vemos essa remetência e ligação a todos os campos. Ao levarmos em conta Negroponte, trata-se de um processo implícito em qualquer multimídia, considerando-se que “produtos multimídia são tanto a televisão interativa quanto os computadores dotados de recursos de vídeo” (NEGROPONTE, 1995:72). Não é então de se espantar que a interação se coloque como pedra de toque para todos esses sintomas, no hipertexto que ela alimenta, na interconexão a fundar uma hiperarquia por ela sustentada.

A interatividade, ela própria sintoma, relacionada a esses três outros, comete uma tripla remetência. Do lado da auto-referencialidade ela nos conta, sem subterfúgios, a história do que é construído num jogo e de sua inexistência, se não for jogado. Pode um sistema de valores sustentar-se a não ser na prática da reiteração de valores?

Quanto à temporalidade e à espacialidade passamos, com nossos atuais sintomas, à constatação de uma presentificação e ubiqüidade que nos levam à dimensão de um tempo ucrônico e um espaço utópico - paradoxos. Se por um acaso já não nos bastassem as várias obras (da quais destacamos a de David Harvey) sobre a construção do tempo em sequencialidade (passado/presente/futuro) como resultado do discurso racionalista, ou do espaço como fundado no mesmo tipo de relação, por-

tanto, relativo a algum padrão, ainda assim teríamos uma outra via de exposição.

Quando pensamos a temporalidade na repetição, face à pergunta *de onde o reprimido retorna*, encontramos essa resposta a nos dizer que ele retorna de um futuro, de um futuro com relação ao passado que ele é. Em outros termos, ele retorna do presente que o recoloca. Nessa perspectiva, o tempo que temos é só e sempre o presente, no ato que o institui e que deixa de sê-lo, quando o nomeio e ele então se torna passado. Esse passado jamais é recuperado como a vivência do que foi. Se retomado, é sempre atualizado nas condições do presente, pelas quais, no próprio posicionamento em cadeia, nunca se dá como o mesmo, mas sempre como um outro. E quanto ao futuro? Fica mais fácil visualizá-lo como fantasia, uma vez que se refere a algo que nem sequer aconteceu: um projeto, uma projeção. Nunca nos enganamos sobre a condição des-substantivada do futuro, como mero possível, embora em nível teórico tentemos escamoteá-lo com o determinismo e em nível existencial com as decifrações simbólicas que as perspectivas místicas nos presentem. Mas o passado, isso que realmente aconteceu, nos engana em seu estatuto justamente por *ter acontecido*, na crença de que esse fato, aliado à nossa memória, o preserva intacto. Esquecemos o que essa memória já faz de entorno no seu transporte e o que se faz de aderências em sua atualização: fato que nos remete à mesma des-substantivação do futuro. É disso que nos fala a repetição, pondo a nu esse jogo que na ação, no presente da ação, e somente ali, pontualmente, passado e futuro, melhor, espaço e tempo se dimensionam "O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta" (FOUCAULT, 1996:26).

O que, ainda, seria preciso que falássemos para que irrealidades e virtualidades revelassem o que são como sintomas? Se falávamos de construções, e do que é sempre posto numa relação de interação, dos mundos e dos cativeiros que se sustentam nessas relações, para nós *irrealidades* são todas as nossas realidades. Virtualidade, como mais uma forma de realidade, é sintoma do que se inscreve, pelo que não pode ser inscrito.

Foucault nos apresenta uma forma de exclusão, segundo ele a mais abrangente e efetiva, impelida por nossa vontade de saber e verdade da qual emerge a dicotomia verdadeiro/falso. Ora, é a partir de uma arbitrariedade que a dimensão verdadeiro/falso se coloca, pois se articula em torno de contingências históricas, em torno de um pensamento que as sustenta sob os auspícios de instituições que pedagogicamente as impõem, na pressão que é violência, e com a qual elas próprias, as instituições, se justificam. Nessa vontade de verdade pode ser isolado primeiramente um discurso de direito, direito de falar, ele próprio organizando relações sociais, para depois deslocar-se para o conteúdo do discurso, verificável experimentalmente. De forma tal que, o que identificamos como revoluções tecnológicas e formas novas de relações comunicacionais, por estas instauradas, pode ser lido como novas formas de vontade de verdade.

"Dos três grande sistemas de exclusão que atingem o discurso, a

palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade, foi do terceiro que falei mais longamente. É que, há séculos, os primeiros não cessaram de orientar-se em sua direção; é que, cada vez mais, o terceiro procura retomá-los, por sua própria conta, para ao mesmo tempo, modificá-los e fundamentá-los; é que, se os dois primeiros não cessam de se tornar mais frágeis, mais incertos na medida em que são agora atravessados pela vontade de verdade, esta, em contrapartida, não cessa de se reforçar, de se tornar mais profunda e mais incontornável” (FOUCAULT, 1996:19).

Todos esse sintomas, assinalados como características da comunicação mediática, podem ser considerados sob a hipótese de novas formas de vontade de saber, de resto em muitos casos um saber que lá estava, antes dos gadgets eletrônicos, à espera de um desvelamento.

Repetições nas Reflexões sobre Comunicação

Partimos do sintoma como o aspecto manifesto de uma articulação única, face a uma relação de ausência, que, como tal, reveste e encobre essa relação com tramas imaginárias. Entre latente e manifesto reside a principal demonstração do nosso discurso, ao tomar o manifesto como sinal, superfície de uma alteridade da qual ele é sombra, enquanto muitos tomam o manifesto como presença íntegra do latente. Permutam tessituras imaginárias pela realidade e, a partir destas, inferem a irrealidade de outras tessituras.

Para grande parte das reflexões, a crítica se limita à descrição do manifesto e o toma em sua literalidade, que no caso é sempre a face do distúrbio, do sintoma como disfunção. Para nós, o manifesto, o sintoma nos conta uma outra história, sempre referida ao que o sustenta: o valor estrutural/estruturante da repetição, impossível de ser abolido, enquanto é nele, pela repetição, que se exercita um sujeito.

Vejamos isso que se evidenciou nas teorias clássicas da comunicação, a repetição de um esquema, leia-se sintoma, pelo qual nos articulamos em torno de uma relação assimétrica, impossível em termos de compatibilidade, como se ela fosse simétrica e realizável comunicacionalmente. A tríade emissor/mensagem/receptor, que deveria denunciar o que se estabelece somente em termos de relação, nos oferece a conveniência de permitir o pensamento de seus polos como posições de sujeitos autônomos, substantivados, reforçando a identificação com a razão a se realizar nestes últimos. Mesmo com os deslocamentos/repetições, que irão pouco a pouco diluindo a pretendida linearidade, numa função de códigos, contextos, ideologias reveladas em interpretações particulares, ainda assim, essa trilogia permanece como suporte de pontos estáveis por si, esquecido o seu valor relacional.

O fato de que ela assim permaneça nos leva a crer na diluição de níveis estáveis como efeito do processo de complexificação das tecnologias de comunicação. Na verdade, o processo de depuração que nos é apresen-

tado como uma busca de circunscrição do campo da comunicação, ao nos dar essa diluição e imponderabilidade de efeitos, torna-se um processo de depuração no sentido de perlaboração, no sentido de desatar nós que nos prendiam a paradigmas, nós que representavam não mais que articulações imaginárias. Mas como era nessa articulação que um tipo de sujeito se sustentava, desfeito o nó, em vez de ficar a noção de um sujeito desde sempre a ser construído em relações, fica-nos um sujeito destituído, carpido por um certo viés crítico do pós-modernidade.

Freud supunha que, na perlaboração, quando um "tipo de representação patológica pode ser rastreado até os elementos da vida mental do paciente dos quais se originou, a representação ao mesmo tempo se desarticula, e o paciente fica livre dela" (FREUD, 1987a:123). Estamos supondo que os discursos sobre a condição pós-moderna funcionam como uma perlaboração ao nos mostrar fluidez, multiplicidade, enfim, sujeitos que se firmam em relações circunstanciais; desarticulam nós que nos impediam de ver situações originárias.

As próprias tecnologias, com o hipertexto e a virtualidade, fazem uma perlaboração por nós. É a isso que Turkle se refere ao dizer que a psicanálise, como importante agente de percepção do eu descentralizado, do ego como ilusão lingüística, oriundo num sentimento que emerge de cadeias lingüísticas, corre paralela à Inteligência Artificial Emergente, onde se passa de um modelo centralizado de mente para o descentralizado.

Um computador nos fala, na experimentação com a escolhas de avatares, de fluidez, descentramento, não-linearidade e inserção interativa num hipertexto, que permite ao usuário criar conexões entre textos, textos de outros e os dele próprios. Com inúmeras possíveis entradas e ramificações, nos fala da concepção de Derrida, e tantos outros, do escrever como construção do autor e da audiência, da escritura como nosso acesso às coisas, conseqüentemente, da vida como hipertexto.

Nas condições pós-modernas, temo tantas vezes título de livros, para os que as expõem sempre aparece a condensação espaço temporal, como efeito tecnológico, agente das situações por nós experimentadas na atualidade. Entretanto, essas são também as condições que permitem, ao anteriormente reprimido, a irrupção no discurso. O recalcado, como produto das resistências que o paradigma racionalista nos impôs, irrompe contando uma história. Entretanto o discurso crítico, muitas vezes, desloca e anula esse efeito, ao colocar as formas insurgentes como perdas a serem computadas, sem perceber que essa sua crítica se torna uma forma de atestar a existência das pressupostas substantivações, uma forma de reverter um processo que nos diz: acreditávamos ser assim, e assim era simplesmente por acreditarmos; na verdade, tratava-se de instâncias desde sempre barradas.

Se temos um discurso que teima em ver um sujeito perdido por uma falta gerada pelas tecnologias, perde-se de perspectiva a articulação originária em torno de uma ausência (que instaura a contingência de todas as seguintes) e toma-se a ordenação instituída, anteriormente, como equiva-

lente a um sujeito em sua completude, incapaz, agora, em sua destituição, de se rearticular. Procura-se uma reordenação nos parâmetros anteriormente efetivos, na recuperação destes, obliterando sua arbitrariedade. O efeito de realidade está muito mais, justamente aonde não se falava em virtualidade, onde a experimentação de mundo, com toda triagem e construção a ela imanentes, em sua ingenuidade, pretende-se correlato perfeito do mundo.

Assim, dentre as críticas às críticas, do ponto de vista em que nos posicionamos, a mais relevante (porque nos ensina sobre os fechamentos das malhas em que nos constituímos e a dificuldade em rompê-las, condição em que passam a fazer parte de nós, como nós mesmos, sem se mostrarem como estrangeiras) se encontra na formulação de Lévy. “O cúmulo da cegueira é atingido quando as antigas técnicas são declaradas culturais e impregnadas de valores, enquanto que as novas são denunciadas como bárbaras e contrárias à vida. Alguém que condena a informática não pensaria nunca em criticar a impressão e menos ainda a escrita. Isto porque a impressão e a escrita (que são técnicas!) o constituem em demasia para que ele pense em apontá-las como estrangeiras” (LÉVY, 1993:15).

Se tomamos a repetição como avalista na percepção de um sintoma, o que vemos, aí, a se repetir? O que se repete vem vindo das teorias clássicas até as mais recentes e se mantém, na forma negativa, no discurso crítico, na trilogia que suporta a resistência, ela própria com a função de dignificar o sujeito. A multiplicidade e fragmentação, vista não só no viés do sujeito em seu colocar-se no mundo, mas também em toda experiência de mundo, é um exemplo. Da ausência de um discurso ordenador, que empreste unidade a sujeito e objeto, por meio de uma linha central condutora, infere-se a condição fragmentária atual. Reconhecemos essa condição, só que, se a examinamos mais proximamente, à luz do que semiótica e psicanálise nos fazem supor, vamos percebê-la como condição sempre dada, agora exposta por situações de extrema condensação, e pela ausência dos referidos discursos ordenadores que lhe emprestam *coesão/validação*. Por outro lado, fica exposta, pelas mesmas razões, a relatividade desses discursos, sua própria condição precária ou articulação arbitrária.

Mesmo quando os apologistas contra-argumentam em torno da noção de perda da unidade identitária para o sujeito, suas demarchas reafirmam a mesma unidade ao suporem um *eu* expandido, produto da tecnologia e suas ofertas, saltando para distantes *eus*, até alçar a um *eu global* (KERCKHOVE, 1991:151). A perspectiva que permanece (e se repete) é de uma primazia do eu, quando deveria estar aí para atestar essa condição de identidade do sujeito que se forma, desdobra-se e reforma-se, ao longo de circunstâncias, de modos e usos.

Burke, ao falar sobre essa ‘aparição’ de uma série de identidades, não só de nações, mas também regionais, étnicas, religiosas, e sobretudo, de língua, (exemplo: o caso servo/croata), nos atesta que “Essa multiplicidade, quando reconhecida, é às vezes percebida como um fenômeno “pós-moderno”. Entretanto, para um historiador como eu, parece não haver nada peculiarmente pós-moderno, ou mesmo moderno, a esse respeito” (BURKE, 1995:90).

Muito se diz sobre um sujeito, e seu corpo, que se ausenta na aliena-

ção e na tele presença. Mas partimos da noção de um sujeito que se faz na linguagem, que nela imerso se constitui social e, portanto, fala o discurso de uma ordenação que lhe é prévia, referida a um estatuto de completude, a ser explicitada nos termos de grande Outro. Face a tal completude, esse sujeito se coloca como faltante e os ídolos de TV encontram-se na categoria de objetos visando a sutura da falta, sutura, cuja pretensão falhada se confirma na repetição, processo/forma de instauração do sujeito e lugar de projeção de fantasias.

Mas as críticas à adoção destes ídolos se dão, no patamar dos conteúdos, enquanto estes ídolos são mensageiros de superficialidades, futilidades. Zizek, em suas análises das repetidas encenações da obra de Gaston Leroux, *O Fantasma da Ópera*, em associação a outros monstros que povoam o imaginário literário e fílmico, vai nos falar da irrelevância de que se veja em *Frankenstein* a metáfora para as aberrações que a manipulação da natureza pelo homem pode gerar, em *Kaspar Houser* os resultados da falta do convívio familiar ou em *Jaws* tanto a sexualidade reprimida como a ameaça do Terceiro Mundo à América. A questão fundamental não diz respeito ao que esses monstros possam significar, mas a como se constitui o espaço em que essas entidades surgem.

Naturalmente, do ponto em que nos posicionamos, a emergência de um símbolo, seja ele *Frankenstein* ou *Jaws* não acrescenta nenhum significado: como significante ele vem para organizar significações já presentes no imaginário. O uso da metáfora de Frankenstein por Sfez, antes de ser vista pelo seu conteúdo, deve ser compreendida como instrumento que serve a reorganizar, num mesmo significante, uma série de significações concernente a ansiedades, já presentes no discurso sobre as condições pós-modernas.

Para nós, nas mídias, a produção de objetos é de uma clareza indelével, pela multiplicidade e abrangência que as caracterizam. Isso assusta, porque tomado como sintoma nos remete a uma produção avassaladora e a uma condição mais precária do que estamos prontos a admitir. Sempre nesse jogo, entre um discurso que lhe é maior, "O homem é falado pela linguagem de determinismos socioeconômicos muito antes que fale" (CERTEAU, 1995:204), e uma produção em que se sustenta, o sujeito espectador de TV, não é, desse ponto de vista, fundamentalmente diferente do que está com um livro na mão, atirando-se em avatares para obter um reflexo.

Assim, quanto às telepresenças, é um julgamento de valor que as condena, fundado no receio do poder das mediações, que leva muitos a ver o signo como correlato completo das coisas, e descuidar da diferença instalada. Dá-se aqui o mesmo que dizemos do signo: ele coloca uma ausência em presença, que de outra forma, e não por causa dele, seria ausência de qualquer jeito. Projeção da função sígnica e pré-projeção do teletransportador da Star Treck, a telepresença faz a ponte entre distâncias, colocando em condições de experimentação instâncias ausentes, porque não é só a tato, cheiro, sabor, audição e visão que a sensorialidade se confina: determinar o que há de imaginário nela é tarefa da qual só deuses dariam conta.

Nas críticas de conteúdo, da alienação à telepresença ignora-se a verdadeira face da repetição. Ao reduzi-la à produção estéril fecha-se o campo de visão que a mostraria como nosso modo de articulação, como nossos modos e usos, antagônicos à esterilidade, posto que estão como fonte de criação, como momento em que significações se realizam. As mesmas críticas também deixam de lado, ao proclamar a redundância, esta condição, pela qual é impossível que algo se repita como idêntico. Por sucessão e posicionamento “A repetição não engendra o mesmo mas o outro” (COUCHOT, 1988:94). São elas próprias, as críticas, que tudo nivelam numa massa informe, quando, se prestarmos atenção à forma, alertamos, imediatamente, para mudanças constantes, para a irrepetibilidade que a repetição comporta.

Referências Bibliográficas

- BURKE, Peter. *A arte da conversação*. São Paulo, Unesp, 1995.
- CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. São Paulo, Papius, 1995.
- COUCHOT, Edmond. “L’Odyssée mille fois ou les machines à langage”. in *Traverses 44/45*, Paris, Édition du Centre George Pompidou, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo, Loyola, 1996.
- FREUD, Sigmund. *A interpretação dos sonhos*. Vol. I,II. Rio de Janeiro, Imago, 1987a.
- _____. *Estudos sobre a histeria*. Volume II, Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 1987b.
- GENETTE, Gérard. *Figures II*. Paris, Éditions du Seuil, 1983.
- HARVEY, David. *The condition of postmodernity*. Cambridge, Basil Blackwell, 1989.
- KAUFMANN, Pierre (ed.). *Dicionário enciclopédico de psicanálise*. O legado de Freud e Lacan. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996.
- KERCKHOVE, Derrick de. *Brainframes: technology, mind and business*. Mac Bay Consultants, Amsterdam, 1991.
- LACAN, Jacques. *Escritos*. São Paulo, Perspectiva, 1992.
- LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993.
- NEGROPONTE, Nicholas. *A vida digital*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- SFEZ, Lucien. *Critique de la communication*. Paris, Seuil, 1988.
- TURKLE, Sherry. *Life on the screen. Identity in the age of the Internet*. New York, Simon & Schuster, 1995.
- ZIZEK, Slavoj. “Grimaces of the real, or when the phallus appears.” in *October* nº 58 Massachusetts, MIT Press, Fall 1991.
- _____. *O mais sublime dos histéricos. Hegel com Lacan*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1991.